S:\Cdr_temp\Balanco\Balan2017\SPORT CLUB**SPORT_2017.qxp**
9 col x 30,5 cm (classificados)

SPORT CLUB DO RECIFE - CNPJ: 10.866.051/0001-54 - Relatório de Administração – Exercício 2016. Aos associados e a sociedade em geral – A diretoria executiva do Sport Club do Recife de acordo com as disposições estatutárias apresenta as demonstrações contábeis do exercício findo em Dezembro 2016.

Balanço patrimonial Exe. findos em 31 de dez. de 2016 e 2015 (Em Reais)

Ativo	Nota explicativa	2016	2015
Circulante			
Caixa e equiv. de caixa	4	4.629.706	25.020.856
Créditos a receber	5	5.212.935	1.992.275
Estoques	-	644.738	-
		10.487.379	27.013.131
Não circulante			
Depósitos Judiciais	-	2.936.837	1.511.725
Despesas Antecipadas	6	2.086.100	8.746.612
Créditos a receber	5	13.000	-
Imobilizado	7	138.533.080	143.649.706
Intangível	8	38.600.790	10.414.436
		182.169.807	164.322.479
Total do ativo		192.657.186	191.335.610

Passivo e patrimônio líq.	Nota explicativa	2016	2015
Circulante			
Obrig. sociais e trabalhistas	9	3.108.709	3.489.876
Obrigações tributárias	10	1.565.784	2.613.498
Parcelamentos	11	4.159.052	4.219.388
Fornecedores	-	13.478.330	5.765.002
Receitas Antecipadas	12	1.078.839	11.507.757
Empréstimos e financ.	14	7.063.900	17.004.970
		30.454.614	44.600.491
Não circulante			
Fornecedores		4.508.000	-
Parcelamentos	11	58.424.778	46.901.479
Empréstimos e financ.	14	4.405.560	1.217.906
Contratos Celebrados	13	18.084.000	18.000.000
Provisão p/contingências	15	9.203.327	10.447.701
		94.625.665	76.567.086
Patrimônio líquido	16		
Patrimônio social		149.469.513	149.469.513
Déficit Acumulado		(81.892.606)	(79.301.480)
		67.576.907	70.168.033
Total do passivo e do patrimônio líq.		192.657.186	191.335.610

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

	Nota explicativa	2016	2015
Receita operacional	17		
Futebol		108.248.287	68.753.602
Comercial		329.991	279.441
Financeiro		8.175.106	6.385.776
Esportes amadores		763.771	979.729
Patrimônio		2.717.024	2.009.693
Futebol feminino		-	-
Social		19.827	-
Marketing		9.342.880	9.241.224
Total das receitas operac.		129.596.886	87.649.465
(-) Deduções da Receita			
Devolu. e Cancelamentos		(316.663)	-
Impostos sobre a Receita		(8.811.824)	-
Total das Deduções		(9.128.487)	-
(-) Custos			
Futebol		(58.636.389)	(58.211.741)
Comercial		(914.498)	(980.822)
Financeiro		(1.440.886)	(1.545.387)
Esportes amadores		(3.527.268)	(3.752.984)
Patrimônio		(1.435.683)	(1.539.807)
Futebol feminino		-	-
Social		-	-
Departamento médico		(1.253.297)	(1.344.193)
Total dos custos		(67.208.021)	(67.374.934)
Superávit bruto		53.260.378	20.274.531
Despesas e receitas operac.			
Administrativas		(10.736.900)	(13.624.340)
Marketing		(748.653)	(1.156.983)
Tributárias		(1.305.264)	(1.038.746)
Financeiras líquidas	18	(24.354.631)	(28.288.094)
Depreciação e amortização		(16.681.341)	(2.695.351)
		(53.826.789)	(46.803.514)
Superávit (Déficit) do exe.		(566.411)	(26.528.983)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	Patrim. Social	Super./Déficit Acumul.	Total
Saldos em 31/12/2014	149.469.513	(52.899.124)	96.570.389
Ajustes de exerc. anteriores	-	126.626	126.626
Déficit do exercício	-	(26.528.983)	(26.528.983)
Saldos em 31/12/2015	149.469.513	(79.301.481)	70.168.033
Ajustes de exerc. anteriores	-	(2.024.715)	(2.024.715)
Déficit do exercício	-	(566.411)	(566.411)
Saldos em 31/12/2016	149.469.513	(81.892.606)	67.576.907

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit/Déficit líquido do exercício	(566.411)	(26.528.983)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício		
Deprec. e amortização	16.681.341	2.695.351
Aum. e diminuição das contas ativo e pass.	16.114.930	(23.833.632)
Créditos	(3.233.660)	3.044.876
Depósitos judiciais	(1.425.112)	1.484.480
Despesas antecipadas	6.660.512	765.844
Estoque	(644.738)	-
Obrig. trabalh. e sociais	(381.167)	499.805
Obrigações tributárias	(1.047.714)	2.129.423
Parcelamentos	9.438.248	24.761.196
Contingências	(1.244.374)	2.815.516
Fornecedores	12.221.328	4.048.147
Contratos Celebrados	(10.344.918)	14.269.328
Caixa líq. das atividades operac.	9.998.406	53.818.615
Fluxo de caixa das ativid. de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(678.451)	(944.932)
Aquisição de intangível	(40.406.594)	(3.479.502)
Baixa de amortiz. de direitos contrat.	1.333.975	(22.230)
Caixa líq. das atividades de Invest.	(39.751.070)	(4.446.664)
Fluxo de caixa das ativid. de financiamentos		
Aquisição de financ.	43.490.564	24.184.565
Pagamento de financ.	(50.243.981)	(24.937.030)
Caixa líq. das ativ. de financ.	(6.753.416)	(752.465)
Aumento/(Red.) líq. de caixa	(20.391.150)	24.785.854
Caixa no início do período	25.020.856	235.002
Caixa no final do período	4.629.706	25.020.856
Aumento/(Redução) líq. de caixa	(20.391.150)	24.785.854
Caixa no início do período	25.020.856	235.002
Caixa no final do período	4.629.706	25.020.856
Aumento/(Redução) líquido de caixa	(20.391.150)	24.785.854

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

	2016	2015
Superávit/(déficit) do exe.	(566.411)	(26.528.983)
Outros resultados abrang.	-	-
Total do result. abrangente do exe.	(566.411)	(26.528.983)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

9. Obrigações sociais e trabalhistas

	2016	2015
Obrigações Trabalhistas	2.639.051	2.356.279
Obrigações c/INSS	252.004	773.990
Obrigações c/FGTS	217.654	359.607
	3.108.709	3.489.876

10. Obrigações tributárias

	2016	2015
IR	1.355.381	1.968.164
ISS fonte	38.264	137.173
PIS/COFINS/CSLL	125.483	409.917
PIS s/Folha de Pagamento	46.623	98.148
Contribuição sindical	33	96
	1.565.784	2.613.498

11. Parcelamentos

	2016	2015
INSS e FGTS	5.272.575	7.790.194
IRRF e CIM	384.784	460.795
Banco Central do Brasil	7.245.832	7.358.794
Lei 11.941/2009	682.506	689.441
Lei 11.941/2009 (Reabertura)	7.442.855	6.419.333
Lei 12.996/2014	26.909.313	12.982.712
Timemania	14.368.272	15.116.270
SPU	277.693	303.328
	62.583.830	51.120.867
Circulante	4.159.052	4.219.388
Não Circulante	58.424.778	46.901.479
	62.583.830	51.120.867

12. Receitas antecipadas

	2016	2015
TV Globo	-	5.448.762
Confederação Brasileira de Futebol - CBF	-	4.083.220
Ipiranga Produtos de Petróleo S/A	-	107.760
LECCA Financeira Investimentos	-	1.868.015
Mensalidades	1.078.839	-
	1.078.839	11.507.757

13. Contratos celebrados

	2016	2015
TV Globo (a)	18.000.000	18.000.000
Associação de Futebol dos Clubes do Nordeste	84.000	-
	18.084.000	18.000.000

(a) Valores recebidos, no montante de R$ 18.000.000,00, da TV Globo referentes à Cessão de Direitos de Captação, Fixação, Edição, Exibição e Transmissão em Televisão Aberta, Telefonia Móvel e Internet dos sons e imagens do Campeonato Brasileiro de Clubes da Série A – Temporadas de 2019 e 2020. Tais valores serão apropriados ao resultado de cada exercício, conforme prazo de realização do contrato.

14. Empréstimos e financiamentos

Instituição	Vencimento	Modalidade	Taxa	2016	2015
BMG	05/12/2016	Capital de Giro	24,24% a.a	-	5.751.147
BMG	05/12/2016	Capital de Giro	24,75% a.a	-	5.751.147
BMG	07/05/2018	Capital de Giro	25,34% a.a	10.200.492	-
CEF	22/10/2015	Capital de Giro	11,38% a.a	51.051	1.823.961
LECCA	-	Capital de Giro	-	11	-
Clube dos Treze	-	Capital de Giro	-	-	431.340
Itaú	-	Capital de Giro	-	-	3.137.426
Martorelli Advogados	-	Capital de Giro	-	-	100.000
P.S. Factoring	-	Capital de Giro	-	-	9.950
Pessoas Ligadas	-	Capital de Giro	-	1.217.906	1.217.906
Total				11.469.460	18.222.876
Circulante				7.063.900	17.004.970
Não Circulante				4.405.560	1.217.906
				11.469.460	18.222.876

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

1. Contexto operacional - O Sport Club do Recife pessoa jurídica e entidade de prática desportiva foi constituída em 13 de maio de 1905 com sede na Av. Sport Club do Recife s/n, Ilha do Retiro, Recife, no Estado de Pernambuco. O clube tem como objetivo: (i) desenvolver a educação física e a prática dos desportos nas mais diversas modalidades, especialmente o futebol, podendo filiar-se a entidades esportivas legalmente organizadas no País; (ii) participar de campeonatos, disputas de torneios ou outras formas de competição patrocinadas por estas entidades; (iii) Promover reuniões e diversões de caráter desportivo, social, cultural e cívico, no benefício de seus associados, sendo-lhes vedadas atividades de natureza política ou religiosa; (iv) Colaborar, quando solicitado, com os poderes públicos, educandários, corporações civis e militares e instituições congêneres nos assuntos de sua finalidade ou outros que envolvam o interesse e o benefício da coletividade, desde que não contrariem o disposto em seu estatuto (Estatuto – Capítulo I – Art. 1º, 2º e 3º).

2. Apresentação das demonstrações contábeis - 2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) - As demonstrações financeiras do clube foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em especial, pela NBC-ITG-2002 - Entidades Sem Finalidade de Lucros e ITG 2003 – Entidade Desportiva Profissional, aprovadas respectivamente pelas Resoluções 1.409 de 27 de setembro de 2012 e 1.429 de 25 de janeiro de 2013 do Conselho Federal de Contabilidade. 2.2. Moeda funcional e de apresentação - Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Clube atua ("moeda funcional"). A Administração do Clube definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R$), como sua "Moeda Funcional", sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações contábeis apresentadas em 31 de dezembro de 2016. 2.3. Base de elaboração - As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. Resumo das principais práticas contábeis - 3.1. Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. 3.2. Ativos financeiros - 3.2.1. Classificação - O Clube classifica seus ativos financeiros sob a categoria empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial da contratação. Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, os quais são classificados como não circulantes. 3.2.2. Reconhecimento e mensuração - Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. 3.2.3. Compensação de instrumentos financeiros - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 3.3. Créditos a receber de clientes - Os créditos a receber são substancialmente provenientes da venda de publicidade e de outros adiantamentos. 3.4. Imobilizado - Os bens do Imobilizado estão demonstrados aos custos de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e perda por redução do valor recuperável (se aplicável). A depreciação dos ativos inicia-se quando estão prontos para uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida pelo método linear às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 7, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A baixa de um item do imobilizado ocorre após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. 3.5. Intangível - O intangível está representado por gastos com formação de atletas, direitos contratuais de atletas e direito de uso de software, amortizadas conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 8. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas quando incorridos. 3.6. Valor recuperável de ativos - Imobilizado e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício. 3.7. Custos de empréstimos - Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. 3.8. Passivo circulante e não circulante - Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. 3.9. Provisões - 3.9.1. Geral - As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. 3.9.2. Provisão para contingências - O Clube é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação do advogado externo. A provisão é revisada e ajustada para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 3.10. Demais direitos e obrigações - Outros ativos e passivos circulantes, sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão sendo corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação. 3.11. Apuração do superávit (déficit) - As receitas, custos e despesas são reconhecidos contabilmente, observando o regime de competência. As receitas, custos e despesas são reconhecidos mensalmente em função da ocorrência de seu fato gerador, independentemente de terem sido recebidas ou pagas e são apresentadas com a respectiva estimativa de perda para os créditos julgados de difícil realização. 3.12. Receitas recebidas antecipadamente - São recebimentos antecipados referentes à venda de publicidade e de direitos de transmissão dos jogos. 3.13. Provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL) - Em virtude do Clube ser uma entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade/isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, bem como artigo 195 da Constituição Federal (CF). 3.14. Uso de estimativa e julgamento - A preparação das demonstrações contábeis de acordo com os CPCs exige que a Administração faça julgamentos e elabore estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício impactam principalmente em contas a receber, estoques, receitas e custo das vendas, os quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Empresa, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

4. Caixa e equivalente de caixa

	2016	2015
Caixa	42.488	34.002
Banco conta movimento	6.561	444.198
Aplicações financeiras	4.580.657	24.542.656
	4.629.706	25.020.856

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por Certificado de Depósito Bancário - CDB e fundo de investimento, com mercado de liquidez de curtíssimo prazo e estão sujeitas às conversões imediatas em dinheiro por valores conhecidos e riscos reduzidos de mudanças de valor.

5. Créditos a receber

	2016	2015
Cheques a Receber	3.860	85.542
Venda Publicidade/Aluguel	1.047.576	785.813
Atestado Liberatório de Atletas	13.000	13.000
Títulos Patrimoniais	2.596.479	811.533
Adiant. aos Departamentos	47.163	147.352
Adiantamento a Empregados	1.168.594	7.963
Adiantamento a Fornecedores	84.275	-
Outros Créditos	264.988	141.072
	5.225.935	1.992.275
Circulante	5.212.935	1.992.275
Não Circulante	13.000	-
	5.225.935	1.992.275

6. Despesas antecipadas

	2016	2015
Aluguel do Cent. de Treinamento	2.086.100	2.111.540
Encargos Financeiros – Juros	-	6.635.072
	2.086.100	8.746.612
Circulante	-	-
Não Circulante	2.086.100	8.746.612
	2.086.100	8.746.612

7. Imobilizado

	Taxas anuais depreci. %	2016 Custo	2016 Depreci. Acumulada	2016 Valor Líq.	2015 Valor Líq.
Terrenos	-	44.550.000	-	44.550.000	44.550.000
Estádio	4%	50.502.919	(16.118.128)	34.384.791	35.411.985
Sede Social	4%	27.800.000	(7.147.200)	20.652.800	21.208.800
Ginásios	4%	18.639.103	(2.950.490)	15.688.613	15.480.859
Parque Aquático	4%	24.509.600	(6.780.636)	17.728.964	18.219.108
Máq/Equip/Veículos/outros	10%/20%	9.091.618	(3.563.706)	5.527.912	5.668.862
Formação de Atletas	-	-	-	-	3.110.091
		175.093.240	(36.560.160)	138.533.080	143.649.705

A seguir está apresentada a movimentação do ativo imobilizado:

Custo	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências p/o Intangíve	31/12/2016
Terrenos	44.550.000	-	-	-	44.550.000
Estádio	50.502.919	-	-	-	50.502.919
Sede Social	27.800.000	-	-	-	27.800.000
Ginásios	18.118.351	520.752	-	-	18.639.103
Parque Aquático	24.509.600	-	-	-	24.509.600
Máq/Equip/Veículos e Outros	8.933.919	157.699	-	-	9.091.618
Formação de Atletas	3.110.091	26.742	-	(3.136.833)	-
	177.524.880	705.193	-	(3.136.833)	175.093.240
Depreciação					
Estádio	(15.090.934)	(1.027.194)	-	-	(16.118.128)
Sede Social	(6.591.200)	(556.000)	-	-	(7.147.200)
Ginásios	(2.637.492)	(312.998)	-	-	(2.950.490)
Parque Aquático	(6.290.492)	(490.144)	-	-	(6.780.636)
Máq/Equip/Veículos e Outros	(3.265.057)	(298.649)	-	-	(3.563.706)
	(33.875.175)	(2.684.985)	-	-	(36.560.160)
Imobilizado Líquido	143.649.705	(1.979.792)	-	(3.136.833)	138.533.080

8. Intangível

Custo	Saldo em 31/12/2015	Adições	Transferências do Imobilizado	Baixas	Saldo em 31/12/2016
Formação de Atletas	8.713.455	1.085.772	3.136.833	(306.620)	12.629.440
Atletas Formados	-	6.927.078	-	(1.236.697)	5.690.381
Dir. Contrat. de Atletas	1.790.000	32.334.116	-	(2.593.124)	31.530.993
Software	691.103	59.628	-	(20.834)	729.897
	11.194.558	40.406.594	3.136.833	(4.157.275)	50.580.711
Amortização - Taxa					
Dir.Cont. Atletas 25-33%	(730.651)	(13.827.723)	-	2.578.453	(11.979.921)
Software- 20%	(49.472)	-	-	49.472	-
	(780.123)	(13.827.723)	-	2.627.925	(11.979.921)
Intangível Líquido	10.414.436	26.578.871	3.136.833	(1.529.350)	38.600.790

* Contrato assinado no dia 29 de dezembro de 2016, no qual o clube cede em contrapartida ao empréstimo o direito de crédito proveniente do "Contrato de Cessão de Direitos de Captação, Fixação, Exibição e Transmissão em Televisão Aberta, dos Sons e Imagens do Campeonato Brasileiro de Clubes da Série A – Temporadas de 2012, 2013, 2014 e 2015 – e Outras Avenças" (doravante "CONTRATO"), celebrado em 21/03/2011 e seus respectivos aditivos, entre o clube e a Globo – Comunicação e Participações S/A.

15. Contingências - O valor das demandas judiciais anteriormente classificadas como probabilidade provável é de R$ 9.203.327.
O valor das demandas judiciais classificadas como probabilidade possível durante o exercício de 2016 montam o total R$ 223.523, assim segregados:

Processo	Natureza	Valor - R$
0075637-23.2011.8.17.0001 - 425237-1	Cível	1.000
0021283-82.2010.8.17.0001 - 275412-5	Cível	1.000
0093187-60.2013.8.17.0001 - 381131-4	Cível	1.000
0018638-25.2015.8.17.2001	Cível	148.751
0016871-39.2016.8.17.8201	Cível	15.760
0023753-17.2016.8.17.8201	Cível	20.000
0085503-93.2016.8.17.2001	Cível	10.640
0002752-10.2016.8.17.8222	Cível	10.000
0008665-02.2017.8.17.8201	Cível	373
0016841-90.2016.8.16.0001	Cível	15.000
		223.523

16. Patrimônio social - Em 31 de dezembro de 2016, o patrimônio social do Clube é de R$ 149.469.513 (2015 - R$ 149.469.513). Por ser considerado sem fins lucrativos, o Clube não remunera sob nenhuma forma seus dirigentes pelos serviços prestados, e não apresenta superávit em suas contas, ou caso apresente em determinado exercício, destina o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetos sociais, sendo incorporados ao patrimônio social.

17. Receita operacional

	2016	2015
Futebol	108.248.287	68.753.602
Comercial	329.991	279.441
Financeiro	8.175.106	6.385.777
Esportes amadores	763.771	979.729
Patrimônio	2.717.024	2.009.693
Social	19.827	-
Marketing	9.342.880	9.241.224
	129.596.886	87.649.465

18. Resultado financeiro

	2016	2015
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	3.144.722	52.235
Outras receitas financeiras	267.024	56.389
Total receitas financeiras	3.411.746	108.623
Despesas financeiras		
Juros e comissões bancárias	(25.859.851)	(27.766.322)
Outras despesas financeiras	(1.906.526)	(630.395)
Total despesas financeiras	(27.766.377)	(28.396.717)
Resultado financeiro - líquido	(24.354.631)	(28.288.094)

O Clube participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis.

19. Autorização para conclusão das demonstrações contábeis: A Administração aprovou as demonstrações contábeis à sua divulgação em 19 de abril de 2017.

Recife, 28 de abril de 2017

João Humberto de Farias Martorelli – Presidente/CPF: 094.208.274-53)
Clarisse Monteiro Castelo Branco – Contadora, CRC/PE 017.649/O-0, CPF: 021.003.404-17.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do Sport Club do Recife - Recife - PE

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis do Sport Club do Recife ("Clube"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sport Club do Recife em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis. Confirmações externas** - Não obtivemos a totalidade das respostas às cartas de confirmação (circularização) enviadas aos assessores jurídicos do Clube, relativo à atual situação das contingências de natureza tributária e cível. Não foi possível, nas circunstâncias, realizarmos procedimentos alternativos de auditoria para avaliarmos a necessidade de constituição de provisões que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. **Controle de ativo imobilizado** - Não nos foi apresentado o controle individualizado dos bens que compõem o ativo imobilizado, apresentado na Nota Explicativa nº 7, cujo saldo em 31 de dezembro de 2016 era de R$ 138.533 mil (2015: R$ 143.650 mil). Dessa maneira, em que pese termos conseguido validar parte das adições e baixas do período auditado, verificando a documentação suporte e correta contabilização, torna-se inviável aplicar procedimentos alternativos para formar e emitir opinião, como de fato não estamos emitindo, sobre os saldos do ativo imobilizado, das despesas de depreciação e da depreciação acumulada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. **Controles e saldos de atletas em formação** - Não nos foi apresentado o controle individualizado dos atletas em formação, cujo saldo reconhecido no ativo intangível representa R$ 12.862 mil em 2016 (2015: 8.713 mil). Não foi possível, nas circunstâncias, realizarmos procedimentos alternativos de auditoria para avaliarmos a adequação do saldo apresentado ou a existência de itens ou saldos que eventualmente não tenham sido registrados e/ou divulgados nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. **Aspectos contábeis específicos para entidades desportivas profissionais** - O Clube não está adotando integralmente as normas contábeis ITG 2002 - Entidades sem fins lucrativos - e ITG 2003 – Dos aspectos contábeis específicos para entidades desportivas profissionais. Em 31 de dezembro de 2016 não foi possível estimar o impacto da não adoção completa das respectivas normas. **Outros assuntos - Demonstrações contábeis do exercício anterior** - As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram emitidas em 29 de abril de 2016 com as seguintes ressalvas: (a) ausência de confirmação por parte de consultores jurídicos; (b) ausência de controles de ativo imobilizado e intangível; (c) reconhecimento de parcelamentos tributários de exercícios anteriores; (d) ausência de adoção integral das normas contábeis para entidades desportivas e (e) auditoria de saldos iniciais. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Clube continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Clube ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: -Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; -Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Clube; -Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; -Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Clube. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Clube a não mais se manter em continuidade operacional; -Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Recife, 19 de abril de 2017. **BDO RCS Auditores Independentes SS** - CRC 2SP 013846/O-1 - S – PE
Jairo da Rocha Soares - Contador CRC 1 SP 120458/O-6 - PE.